

CONTRATO n. 28/2018

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE EMISSÃO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL E INTERNACIONAL, AGENCIAMENTO DE RESERVA NACIONAL E INTERNACIONAL DE HOTEL, INCLUINDO DIÁRIAS, ALIMENTAÇÃO E AGENCIAMENTO DE TRASLADOS NACIONAL E INTERNACIONAL, PODENDO SER ATRAVÉS DE SERVIÇO DE TAXI, LOCAÇÃO DE VEÍCULO OU TRANSFERS, QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DE GOIÁS, ATRAVÉS DA GOIÁS TURISMO – AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO, E A EMPRESA FACTO TURISMO – EIRELI - ME, NAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES QUE SE SEGUEM.

DAS PARTES E DOS REPRESENTANTES LEGAIS:

CONTRATANTE:

GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO, entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, criada pela Lei Estadual nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, e alterada pela Lei Estadual nº 17.257/2011, de 25 de janeiro de 2011, inscrita no CGC (MF) sob o nº 03.549.463/0001-03, com sede na Rua 30 esq. c/ Rua 04, s/nº, Bl. A, do Centro de Convenções de Goiânia, Centro, Goiânia, Goiás, CEP: 74.015-180, neste ato representada por seu Presidente, **LEANDRO MARCEL GARCIA GOMES**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da C.I. nº. 2993223 SSP/GO e C.P.F. nº 856.596.731-04, cuja nomeação se deu pelo Decreto de 02 de janeiro de 2015, publicado no D.O.E./GO nº 21.992 e assessorado por seu Diretor de Gestão, Planejamento e Finanças e assessorado por seu Diretor de Gestão, Planejamento e Finanças, **JOSÉ ADRIANO DONZELLI**, brasileiro, casado, economista, portador da C.I. nº. 1418280 2ª via SPTC/GO e C.P.F. nº 335.423.841-00, cuja nomeação se deu pelo Decreto de 03 de janeiro de 2015, publicado no D.O.E./GO nº 22.016, datado de 05 de fevereiro de 2015, , ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA:

FACTO TURISMO – EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.807.420/0001-99, estabelecida na Av. Pedro Lessa, n. 1064 Conj. 32, CEP 11.025-000, Ponta da Praia, Santos – SP, neste ato representada por **PRIMARQUES MARTINS JUNIOR**, brasileiro, empresário, casado, portador do RG. N. 3.749.196 SSP/SC, e inscrito no C.P.F. n. 040.701.249-42, residente e domiciliado à Rua Graciano Ramos, n. 301, Jardim América, Chapecó, Santa Catarina, CEP: 89803-470, doravante designado simplesmente **CONTRATADA**.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO e FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Parágrafo 1º. - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE EMISSÃO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL E INTERNACIONAL, AGENCIAMENTO DE RESERVA NACIONAL E INTERNACIONAL DE HOTEL, INCLUINDO DIÁRIAS, ALIMENTAÇÃO E AGENCIAMENTO DE TRASLADOS NACIONAL E INTERNACIONAL, PODENDO SER ATRAVÉS DE SERVIÇO DE TAXI, LOCAÇÃO DE VEÍCULO OU TRANSFERS**, de modo a atender as necessidades da GOIÁS TURISMO – Agência Estadual de Turismo.

Parágrafo 2º. – O presente contrato fundamenta-se nos termos da Lei Federal n. 10.520 de 17 de Julho de 2002; do Decreto Estadual nº 7.468, de 20 de outubro de 2011; da Lei Complementar Federal n. 123/2006, de 14 de dezembro de 2006; do Decreto Estadual n. 7.466, de 18 de outubro de 2011; do Decreto Estadual n. 7.425/11; da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações;

Parágrafo 3º - As disposições contidas na Ata de Registro de Preço nº. 01/2018, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº. 042/2017 da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Goiânia, são partes integrantes deste Contrato, tudo presente nos autos de n. 201800027000175.

CLÁUSULA SEGUNDA – DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS, RECEBIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

Parágrafo 1º - DOS BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS

- a) Por ocasião da necessidade de contratação de serviços de passagens aéreas, hospedagens, traslados a **CONTRATANTE** encaminhará à **CONTRATADA**, conforme procedimento usual, por correio eletrônico, fax ou outro meio hábil, consulta acerca do fornecimento dos serviços, contendo a indicação do destino desejado, classe/categoria, data e horário de preferência e outros detalhes de interesse da **CONTRATANTE**.
- b) Com base nas informações levantadas a **CONTRATANTE** escolherá o voo que melhor atenda às suas necessidades, bem como o tipo de bilhete a ser emitido, bem como os demais serviços, e formalizará, se assim o desejar, por meio de requisição de serviços autorizada pelo Gestor do Contrato.
- c) A **CONTRATANTE** poderá dispensar a consulta acima mencionada se, desde logo, especificar os locais de origem/destino, classe/categoria, data, horário, companhia aérea e número de voos desejados, hipótese em que a **CONTRATADA** responderá à consulta indicando os respectivos valores.
- d) No caso da passagem aérea, na ausência de informações acerca da classe, as reservas deverão ser efetuadas na classe econômica, comprovando-se ser a de menor tarifa, ficando qualquer alteração vinculada à autorização, por escrito, da Autoridade Competente da **CONTRATANTE**.
- e) Recebida a requisição de serviços, a **CONTRATADA** fará levantamento de todas as empresas de transporte aéreo que mantenham voos para o destino indicado, com os respectivos horários de partida e chegada, escalas e eventuais conexões, preços, promoções e demais dados necessários. A **CONTRATADA** apresentará, ainda, as informações referentes a cada tipo de bilhete (físico ou eletrônico), categoria/ acomodações de hotéis, conforme o caso.
- f) O prazo de atendimento da requisição dos serviços pela **CONTRATANTE** é de até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação e, deverá ser entregue virtualmente ou no endereço da **CONTRATANTE**, como também deverá ser colocados à disposição dos usuários, mesmo quando eles estiverem fora do Brasil em lojas das companhias aéreas, agência de turismo, ou por meio de bilhete

Prima

eletrônico.

g) A emissão dos bilhetes de passagens aéreas, eletrônicos ou não e de outros serviços, está condicionada ao recebimento da requisição de serviços a ser enviada pelo Gestor do Contrato da **CONTRATANTE** e deverão ser atendidas em até 72 (setenta e duas) horas, os prazos serão contados a partir do recebimento da Requisição de Serviços, salvo comprovada impossibilidade relativa à data, horário e destino do voo de interesse da **CONTRATANTE**;

h) A **CONTRATADA** deverá comunicar, por escrito, a impossibilidade de atendimento da requisição de serviços nos termos requisitados pela **CONTRATANTE**, informando ainda as possibilidades de fornecimento em condições diferentes, desde que sejam mais vantajosas.

i) Os preços dos bilhetes aéreos deverão ser cobrados conforme as instruções dos órgãos de controle destas entidades, como DAC, INFRAERO e outros.

j) A **CONTRATADA** deverá disponibilizar atendimento, por meio de telefone, possibilitando a efetiva solução para eventuais demandas da prestação de serviços ora contratado em qualquer dia/horário.

k) A entrega dos bilhetes de passagens aéreas deverá ser feita em horário comercial de maneira eletrônica através do email: hospedagem.goiasturismo@gmail.com;

l) No caso de emissão de bilhetes eletrônicos, junto a confirmação, a **CONTRATADA** deverá enviar todos os dados relativos ao bilhete emitido para o endereço do correio eletrônico da **CONTRATANTE**.

m) A **CONTRATADA** deverá providenciar, quando requisitado, atendimento personalizado a funcionários da **CONTRATANTE**, ou a quem ela determinar, para planejamento de voos e embarques.

n) A **CONTRATADA** deverá manter funcionário habilitado em plantão externo, por intermédio de telefone celular e acesso ao terminal remoto. Esse plantonista será responsável pelo atendimento imediato das solicitações provenientes de servidores previamente habilitados pela **CONTRATANTE**, fora do horário normal de expediente.

o) Os serviços solicitados deverão ser entregues/disponibilizados na sede da **GOIÁS TURISMO** localizada na Rua 30 c/ rua 04, s/n, Bl.A, 2º Andar do Centro de Convenções de Goiânia, Centro, Goiânia – GO CEP - 74.015-180, ou então encaminhados eletronicamente para o e-mail hospedagem.goiasturismo@gmail.com, no documento específico de solicitação.

Parágrafo 2º - PASSAGENS AÉREAS (NACIONAL E INTERNACIONAL)

a) Mediante requisição, a **CONTRATADA** deverá consultar, reservar, marcar e remarcar, endossar, emitir e entregar as passagens aéreas nacional e internacional, utilizando o valor do bilhete mais econômico para o dia/hora/destino requisitado.

b) Trata-se de obrigações da **CONTRATADA** ainda:

1 - Informar e repassar todos os benefícios e vantagens oferecidas pelas companhias aéreas e garantir o atendimento por aquelas de menor custo disponível para o dia/hora/destino requisitado.

2 - Informar aos usuários todas as opções de voo para o trecho e o dia desejado, destacando a opção mais barata, dentre as companhias aéreas que atuam regularmente nos trechos nacional e internacional.

3 - Fornecer bilhetes de passagens aéreas (e PTAs), nacional e internacional.

4 - Verificado erro na emissão do bilhete, procedendo a sua pronta

substituição de modo a não inviabilizar a viagem.

5 - Solucionar qualquer tipo de problema relacionado aos serviços de passagens, embarques, bagagens e hospedagens.

6 - Gerar relatório do número e valor dos bilhetes emitidos, observando sempre os regulamentos legais vigentes à época da emissão dos bilhetes, para as tarifas promocionais, para encaminhamento com a fatura da prestação dos serviços.

7 - Providenciar marcação e reservas no mesmo dia em que receber a solicitação.

8 - Prestar assessoria para definição de melhor roteiro, horários, frequência de voos, (partidas e chegadas), tarifas promocionais à época de retirada dos bilhetes e desembaraço de bagagens. Oferecer reservas e/ou pacotes de viagem para eventos, como congressos, seminários, workshops, entre outros, onde estejam incluídos passagens, hospedagem e traslados, sem custos adicionais para a **CONTRATANTE**.

9 - Reembolsar à SEFAZ/GO, o valor correspondente ao preço da passagem aérea, subtraído do valor referente à multa de reembolso e demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovado, em virtude da não utilização do bilhete, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção contratual;

Parágrafo 3º - HOSPEDAGEM

a) Mediante requisição, a **CONTRATADA** deverá reservar acomodações com café da manhã, em hotéis para as viagens, conforme especificado e em categoria indicada pela **CONTRATANTE**:

b) A **CONTRATADA** deverá reservar acomodações em hotéis para as viagens, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da solicitação da **CONTRATADA**, bem como, solucionar eventuais problemas e ou proceder o cancelamento, se necessário;

c) A **CONTRATADA** deverá, mediante solicitação do gestor, fazer alterações relacionadas aos dados dos hóspedes conforme indicado.

Parágrafo 4º - TRASLADOS

a) A **CONTRATADA** deverá providenciar e realizar o serviço de traslado aeroporto/hotel/evento/hotel/aeroporto, em território nacional ou internacional, conforme solicitado pela **CONTRATANTE**, podendo ser através de serviço de táxi, locação de veículos ou "transfers".

Parágrafo 5º - PRAZOS DE REQUISIÇÃO, DA ENTREGA E DO CANCELAMENTO

a) O prazo para **requisição dos serviços** pela **CONTRATANTE** é de até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de embarque.

b) O prazo para **entrega dos serviços** pela **CONTRATADA** é de até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de embarque, e, deverão ser entregues no endereço de email da **CONTRATANTE** ou deverão ser colocados à disposição dos usuários, mesmo quando eles estiverem fora do Brasil em lojas das companhias aéreas, agência de turismo, ou por meio de bilhete eletrônico, no Brasil e no Exterior.

c) A **CONTRATADA** encaminhará para a **escolha** da **CONTRATANTE** as informações relativas ao levantamento citado no subitem 3.2, por correio

eletrônico, fax ou correspondência escrita, no prazo de até 03 (três) horas para passagens no território nacional e de 05 (cinco) horas para o Exterior.

d) Os prazos para consulta serão contados a partir do recebimento da requisição dos serviços.

e) As Requisições de Passagens Aéreas devem ser atendidas em até 05 (cinco) horas. Os prazos serão contados a partir do recebimento da Requisição de Serviços, salvo comprovada impossibilidade relativa à data, horário e destino do voo de interesse da **CONTRATANTE**;

f) A entrega dos bilhetes (físicos) de passagens aéreas deverá ser feita em horário comercial, mediante protocolo, no endereço fornecido pela **CONTRATANTE**, correndo por conta da **CONTRATADA** todas as providências e despesas relacionadas à emissão e entrega dos bilhetes;

g) Deverão constar do comprovante de entrega da **CONTRATADA** a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor da **CONTRATANTE** responsável pelo recebimento;

h) No caso de emissão de bilhetes eletrônicos, junto a confirmação, a **CONTRATADA** deverá enviar todos os dados relativos ao bilhete emitido para o endereço de correio eletrônico ou fax, a ser fornecido pela **CONTRATANTE**.

i) O prazo para **cancelamento e/ou alteração dos serviços** pela **CONTRATANTE** é de até 12 (doze) horas antes do horário de embarque.

j) No caso de passagem aérea, o cancelamento somente é integral quando a emissão do bilhete não é efetuada.

k) Excepcionalmente, os prazos poderão ser prorrogados, desde que solicitado pela **CONTRATADA** e aceito pela **CONTRATANTE**, por meio de procedimento formal usual.

Parágrafo 6º - DO CANCELAMENTO E DO REEMBOLSO DOS BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS

a) Os cancelamentos deverão ser solicitados a **CONTRATADA** por meio de formulário específico ou comunicado por correio eletrônico, conforme procedimento formal usual da **CONTRATANTE**.

b) A **CONTRATADA** deverá confirmar, de imediato, o recebimento da solicitação de cancelamento e/ou alterações efetivamente realizados, a **CONTRATANTE**, comunicando-a de possíveis falhas de comunicação por e-mail disponibilizado pela **CONTRATADA**.

c) Quaisquer irregularidades nas especificações dos dados das passagens aéreas emitidas facultam a **CONTRATANTE** o direito de rejeitá-las e determinar sua imediata substituição, de modo a não conturbar ou inviabilizar o embarque, sem prejuízo das sanções cabíveis.

d) O prazo para cancelamento e/ou alteração dos serviços pela **CONTRATANTE** é de até 12 (doze) horas antes do horário de embarque.

e) No caso de passagem aérea, o cancelamento somente é integral quando a emissão do bilhete não for efetuada.

f) Excepcionalmente, os prazos poderão ser prorrogados, desde que solicitado pela **CONTRATADA** e aceito pela **CONTRATANTE**, por meio de procedimento formal usual.

g) A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, no ato da emissão do bilhete e toda vez que houver alteração, os prazos estabelecidos pelas Companhias Aéreas para cancelamento das passagens, sob pena de responder por todos os encargos cobrados pelos cancelamentos efetuados pela **CONTRATANTE** fora do prazo.

h) Uma das taxas cobradas é a chamada **NO-SHOW**, que é o não aviso à companhia aérea que o passageiro não voará. Para que não seja cobrada essa taxa, deve-se avisar com antecedência a **CONTRATADA** sobre a situação para

que a mesma notifique a Companhia Aérea, conforme normativa prevista pela **Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC**.

i) A **CONTRATADA** deverá solicitar à Companhia Aérea o reembolso do valor das passagens que não forem utilizadas pela **CONTRATANTE** e que tenham sido canceladas dentro do prazo previsto para cancelamento.

j) Em caso da não utilização das passagens, a **CONTRATADA** deverá reembolsar os valores respectivos em até 90 (noventa) dias contados a partir da data do pedido de reembolso.

k) Efetuado o reembolso pela Companhia Aérea, deverá a **CONTRATADA** descontar o valor reembolsado na próxima fatura a ser expedida, notificando a **CONTRATANTE**, por escrito, sobre as multas e demais encargos cobrados em razão do cancelamento.

l) Caso a **CONTRATADA** não efetue o desconto do reembolso efetuado pela Companhia Aérea na forma prevista acima, a **CONTRATANTE** descontará automaticamente o valor correspondente na próxima fatura a ser paga, não cabendo a **CONTRATADA** nenhuma reclamação, salvo motivo relevante aceito pela **CONTRATANTE**.

m) No caso de cancelamento, reemissão e remarcação de passagens aéreas, as multas, taxas de remarcação e a diferença de tarifas praticadas pelas companhias aéreas serão pagas pela **CONTRATANTE**.

n) As condições, prazos e critérios para o reembolso dos bilhetes, total ou parcialmente, não utilizados pela **CONTRATANTE** deverão obedecer integralmente as normas definidas pela **Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC**.

o) Caberá a **CONTRATADA** fornecer todas as informações, por escrito, relativas ao reembolso de passagens sempre que for solicitado pela **CONTRATANTE**.

p) Torna-se obrigatória a **CONTRATADA**, em todos os casos, explicitar claramente o embasamento para o cálculo da cobrança de taxas de remarcação de passagens aéreas, a forma, a base de cálculo e alíquotas aplicáveis na cobrança das referidas "taxas", sob pena de reter-se a liberação do pagamento até que se preste este esclarecimento à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DOS RECURSOS FINANCEIROS E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo 1º-O valor total do presente Contrato é de **R\$ 835.000,00 (oitocentos e trinta e cinco mil reais)**, para pagamento sob demanda, com recursos financeiros proveniente do Tesouro Estadual.

Parágrafo 2º-. As despesas serão alocadas nas seguintes dotações orçamentárias:

- a) **Locação de Veículos:** 2018.66.03.23.695.1063.2.339, natureza de despesa 3.3.90.33.04, fonte de recurso 100, grupo 03, valor R\$ 23.333,28 (vinte e três mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos).
- b) **Passagens aéreas Internacionais:** 2018.66.03.23.695.1063.2.339, natureza de despesa 3.3.90.33.03, fonte de recurso 100, grupo 03, valor R\$ 46.666,72 (quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos).
- c) **Passagens aéreas nacionais:** 2018.66.03.23.695.1063.2.339, natureza de despesa 3.3.90.33.02, fonte de recurso 100, grupo 03, valor R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Prima

- d) **Hospedagem:** 2018.66.03.23.695.1063.2.339, natureza de despesa 3.3.90.39.11, fonte de recurso 100, grupo 03, valor R\$ 133.333,28 (cento e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos).
- e) **Colaborador Eventual:** 2018.66.03.23.695.1063.2.339, natureza de despesa 3.3.90.39.74, fonte de recurso 100, grupo 03, valor R\$ 233.333,28 (duzentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos).

Parágrafo 3º - Vale lembrar que fora empenhado apenas as despesas para o exercício de 2018, ficando assim o saldo restante para o ano de 2019.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo 1º- A **CONTRATADA** obriga-se a prestar todos os serviços atinentes ao objeto deste Contrato, atendendo às condições e quantidades estipuladas nos Formulários de Requisições de Despesas da **CONTRATANTE**, conforme estabelecido na **CLAUSULA TERCEIRA**, e ainda a:

- a) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b) Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social decorrente dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como todos os ônus tributários ou extraordinários.
- c) Arcar com as despesas em sua totalidade, e ainda as com tributos fiscais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o objeto contratual.
- d) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;
- e) Aceitar, nas mesmas condições deste Contrato, acréscimos ou supressões na execução dos serviços, objeto da presente licitação, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo 2º À **CONTRATADA** é vedado caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

Parágrafo 3º. A **CONTRATADA** se obriga quando solicitada, prestar esclarecimentos e atender prontamente as reclamações que lhe forem dirigidas.

Parágrafo 4º A **CONTRATADA** se obriga a dar ciência à **CONTRATANTE**, imediatamente por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quanto a execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo 5º. A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a descontar o valor correspondente aos referidos danos e/ou prejuízos, causados por seus empregados e desde que comprovada sua culpa, diretamente das faturas pertinente(s) ao(s) pagamento(s) que lhe for (em) devido (s), independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

Parágrafo 6º. A **CONTRATADA** se obriga a assumir o compromisso de responder perante a **CONTRATANTE** por quaisquer atos, fatos ou omissões lesivos a seus interesses ou de terceiros, que decorram da execução ou inexecução dos serviços.

Parágrafo 7º A **CONTRATADA** está obrigada a prestar informações que permita a definição do melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada).

Parágrafo 8º A **CONTRATADA** se obriga a aplicar sobre o valor de todas as faturas apresentadas, durante a execução do Contrato, o percentual da taxa de administração com o qual se sagrou vencedora do certame licitatório.

Prima

Parágrafo 9º - A **CONTRATADA** se obriga a manter durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Licitação.

Parágrafo 10º -A CONTRATADA - Ao realizar cancelamento de passagens emitidas, mediante solicitação recebida do Setor responsável, deverá efetuar o reembolso das mesmas para a Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento da solicitação.

- a) O reembolso dos bilhetes de passagens aéreas pagas e não utilizadas, em até 30 (trinta) dias, será procedido pela contratada, após a formalização feita pelo gestor, através de correspondência própria para este fim. Findo esse prazo, a GOIAS TURISMO efetuará aglosa automática destes valores, na fatura subsequente.
- b) A Contratada, após aglosa citada no item anterior, poderá solicitar o ressarcimento a GOIAS TURISMO de retenções e tarifas cobradas pelas companhias aéreas mediante a comprovação destas.
- c) Na emissão de bilhetes aéreos, o valor da passagem será o ofertado pela companhia aérea (inclusive com os descontos promocionais) para o trecho, dia e horário escolhidos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Parágrafo 1º. A **CONTRATANTE** se compromete a:

- a) Somente solicitar os serviços através de Formulário próprio da **CONTRATANTE**;
- b) Controlar as solicitações dos serviços prestados, através dos Formulários de Requisição de Despesas, por funcionário designado para tal incumbência;
- c) Acompanhar e fiscalizar os serviços prestados, por meio da Gerência de Apoio Logístico e Suprimentos, Sr. Robson Lopes de Souza, atendendo ao disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993 e artigo 51 da Lei Estadual nº 17.928/2012, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das mesmas, podendo rejeitá-la, no todo ou em parte, quando esta não atender ao especificado no Formulário próprio;
- d) Fornecer à **CONTRATADA**, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, quando solicitado por escrito, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer;
- e) Zelar para que, durante a vigência do contrato, a **CONTRATADA** cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

Parágrafo 1º - A **CONTRATADA** deverá apresentar, em tempo hábil, junto a Diretoria de Desenvolvimento, Pesquisas Turísticas e Eventos da **CONTRATANTE**, a respectiva Nota Fiscal, acompanhada da Fatura, sem vícios, erros ou omissões;

Parágrafo 2º - As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA**. Bem como, a **CONTRATANTE** efetuará, através da Gerência de Planejamento e Finanças, o pagamento posterior à devida prestação de contas do serviço, mediante depósito em conta corrente em Instituição Bancária contratada para centralizar a sua movimentação financeira, conforme disposto no Art.4º da Lei nº 18.364 de 10/01/2014;

Parágrafo 3º - O pagamento fica vinculado ao repasse **FINANCEIRO** pela **SEFAZ**, vez que esta **Autarquia não possui receita própria. Sendo assim, carece de liberação da despesa;**

Parágrafo 4º - As notas Fiscais/Faturas serão emitidas no último dia útil do mês referente à prestação dos serviços e encaminhada ao gestor do contrato para atesto;

Parágrafo 5º - O pagamento só será efetuado mediante verificação das Certidões Negativas de Débito perante ao Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda, FGTS, Justiça do Trabalho e Débitos Municipais;

Parágrafo 6º - DOS TRIBUTOS

- a) Os tributos devidos, direta e indiretamente, decorrentes do FORNECIMENTO, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que deverá observar a legislação tributária vigente e declará-los com clareza. (Lei 116/2003, art. 3º)
- b) Com relação ao imposto sobre serviços ("ISS"), se a legislação do município do local da prestação dos serviços dispuser que a operação está sujeita à retenção pela fonte pagadora, a CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal que estará apta a pagamento somente após o devido recolhimento do imposto.

Parágrafo 7º - No preço acordado para a prestação de serviços, estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão-de-obra, salário, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de segurança do trabalho e trabalhistas, materiais, fretes, seguros, impostos e taxas, contribuições e alvarás, inclusive ECAD, ou quaisquer outros custos, mesmo não especificados e que sejam necessários à consecução deste, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro.

Parágrafo 8º - Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura, nos seguintes casos:

- a. Incoerência na prestação dos serviços, de responsabilidade da CONTRATADA;
- b. descumprimentos das obrigações da CONTRATADA para com terceiros que possam, de qualquer forma, prejudicar a CONTRATANTE;
- c. inadimplência de obrigações da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, que provenha da execução deste ou de outros Contratos;
- d. erros, omissões ou vícios nas Notas Fiscais.

Parágrafo 9º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA pela CONTRATANTE, enquanto perdurar pendência em relação ao cumprimento das obrigações contratuais ou em virtude de penalidade ou inadimplência, não incorrendo a CONTRATANTE em qualquer cominação por atraso de pagamento até a regularização do Contrato.

Parágrafo 10º - Fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir dos pagamentos devidos à CONTRATADA, das importâncias correspondentes a todos os valores de natureza trabalhista e tributária, encargos, indenizações, e outros similares, na ocorrência de condenação em processo judicial ou administrativo em que a CONTRATADA seja sucumbente. A retenção será efetivada e mantida em favor da CONTRATANTE, até que a CONTRATADA prove o cumprimento da obrigação, por ocasião da competente quitação do débito.

Parágrafo 11º - A CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder às retenções, exonerações e demais obrigações impostas por Lei, sobre os valores totais repassados à CONTRATADA a título de pagamento, salvo quando o recolhimento for efetuado pela CONTRATADA ou substituto tributário, devendo neste caso, as guias serem encaminhadas à CONTRATANTE juntamente com as respectivas notas fiscais/faturas.

Parágrafo 12º - Caso ocorra atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, esta fará jus à devida compensação financeira, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I/366), \text{ onde:}$$

EM : Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
N : Número de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;
Vp: Valor da parcela em atraso;
I : IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE)/100.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo 1º. O não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, poderá, garantida a prévia defesa, sujeitar-se à aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.

Parágrafo 2º. A advertência será aplicada em caso de descumprimento das cláusulas contratuais que não causem prejuízo a **CONTRATANTE**.

Parágrafo 3º. A **CONTRATADA** sujeitar-se-á a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global do Contrato, quando da segunda aplicação da pena de advertência pelo mesmo motivo.

Parágrafo 4º. A multa aplicada será descontada no valor da Nota Fiscal.

Parágrafo 5º. As penalidades previstas para os casos de impedimento temporário para licitar com a **CONTRATADA** e Declaração de Inidoneidade serão aplicadas por competentes autoridades após a instrução do respectivo processo no qual fica assegurado a ampla defesa da **CONTRATADA**;

Parágrafo 6º. Sem prejuízo de outras medidas e em conformidade com o art. 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/93, aplicar-se-á à **CONTRATADA** a penalidade de suspensão de licitar com a **CONTRATANTE**, garantida a defesa prévia:

- a) por 06 (seis) meses – quando incidir em atraso na entrega dos serviços em desconformidade com o determinado fora do prazo estipulado neste Contrato;
- b) por 01 (um) ano – quando empregar serviços de má qualidade;
- c) por maiores prazos até o limite de 02 (dois) anos, a critério da **CONTRATANTE** nos casos em que a inadimplência acarretar graves prejuízos à Administração;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a **CONTRATANTE**, considerando para tanto, reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade. O ato de Declaração de Inidoneidade será proferido pelo Presidente da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

Parágrafo 1º. Poderá ocorrer a Rescisão Contratual nos casos previstos no art. 78, observando o disposto no art. 79 e consequências do art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93.

Parágrafo 2º. Poderá ainda, ser rescindido por mútuo acordo atendido a conveniência da **CONTRATANTE**, mediante autorização expressa e fundamentada de seu Presidente, tendo a **CONTRATADA** o direito de receber o valor dos serviços prestados.

Parágrafo 3º. Se a **CONTRATADA** der causa à Rescisão deste Contrato ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) do valor do Contrato, que será deduzida dos pagamentos a que tiver direito, respondendo ainda por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, será avaliado e pago, segundo a gravidade do fato, em que a **CONTRATANTE** promoverá inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades.

Parágrafo 4º. Caso a **CONTRATADA** seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com **ÓRGÃOS PÚBLICOS**, por prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das multas e das demais cominações legais.

Prima

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único. Este Contrato principiará a partir da data de sua assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, até 17 de julho de 2018, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

Parágrafo Único. Caberá à CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do instrumento de Contrato e de seus Aditamentos, se houverem, na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

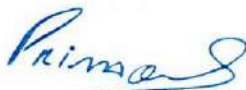
Parágrafo 1º. A interpretação e aplicação dos termos contratuais surgidas em decorrência de sua execução serão regidas pelas leis brasileiras e o Juízo da cidade de Goiânia, Estado de Goiás, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas.

NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS da GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO, em Goiânia, aos 08 dias do mês de junho de 2018.

LEANDRO MARCEL GARCIA GOMES
Presidente da **CONTRATANTE**

JOSÉ ADRIANO DONZELLI
Diretor de Gestão, Planejamento e
Finanças



PRIMARQUES MARTINS JUNIOR
Representante da **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

a)
CPF n.

b)
CPF n.